

CENTRO INTERDENOMINACIONAL DE TEOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

BACHAREL EM TEOLOGIA

DISCIPLINA – TEOLOGIA SISTEMÁTICA

PROFESSOR – THIAGO COUTINHO

ALUNO – MESAQUE MELO DE OLIVEIRA

### Doutrina da Trindade

A boa teologia bíblica é derivada da palavra de Deus nas Escrituras, a qual tem origem através da inspiração do Espírito Santo. A teologia que honra a Deus é aquela que submete-se à auto proclamada autoridade das Escrituras e que, portanto, mantém-se no limite daquilo que foi revelado por Deus e ensinado pelos profetas e apóstolos. Neste sentido e que a teologia não é e nem deve ser original e é por isso que, desde o fechamento do cânon atravessa séculos, as culturas e os poderes deste mundo com impressionante unidade e coerência em suas doutrinas mais basilares e importantes. Seus grandes dogmas são derivados da Bíblia. Isso não quer dizer, todavia, que a teologia não deva buscar profundidade e desenvolvimento. Em grande medida, o produto teológico que temos hoje à nossa disposição, é fruto do labor criativo, zeloso e meticuloso empreendido por estudiosos da Palavra de Deus, ao longo da história. Então, se por um lado, no núcleo do que a fé cristã afirma hoje, do que a igreja cristã crê, estão aquelas doutrinas que foram cridas e ensinadas desde os apóstolos, por outro, os séculos da história cristã serviram para o desenvolvimento, aprofundamento, refinamento e apuração dessas doutrinas. Não há grandes novidades, mas houveram grandes progressões. (Ministério Fiel-Tiago J. Santos Filho p 4)

O termo Trindade significa simplesmente “triunidade”. Deus não é uma unidade simples; há pluralidade na sua unidade. A Trindade é um dos grandes mistérios (v. mistério) da fé cristã. Ao contrário da antinomia (v. Kant) ou paradoxo, que é contradição lógica (v. lógica), a Trindade vai além da razão, mas não contra a razão. É conhecida apenas pela revelação divina, portanto não é assunto da teologia natural, mas da revelação (v. revelação especial). Embora a palavra Trindade não apareça na Bíblia, seu conceito é claramente ensinado nela. A lógica da doutrina da Trindade é simples. Duas verdades bíblicas são evidentes nas Escrituras, cuja conclusão lógica é a Trindade: Há um Deus. - Há três pessoas distintas que são Deus: Pai, Filho e Espírito Santo. (Norman L. Geisler p 834)

Deus como três pessoas e não obstante um só – é geralmente desconsiderada até mesmo pelos cristãos por ser simplesmente um mistério. Aqui, mais que em qualquer outro lugar, os cristãos com frequência recorrem ao paradoxo para justificar o que deveriam crer. “Deus é um em três, três em um” dizem muitos ao expressar o significado da Trindade. Também há questões de que as palavras Trindade e triunidade não se encontram na Escritura. Tampouco o conceito todo pode ser constatado de forma explicitamente articulada na ( ) Bíblia. E para completar o problema, a doutrina trinitária (diferente da fé no Deus trino) levou décadas, quase um século, para ser formulada e talvez nunca tenha sido completamente resolvida. (Olson Roger p 186)

Estes pontos de vista causaram o primeiro dos concílios ecumênicos, o Concílio de Niceia, que se reuniu em 325 d.C. (R. C. Sproul p 25)

Este concílio produziu o Credo Niceno, o qual afirma que Cristo é “o Filho unigênito de Deus, gerado do Pai antes de todos os mundos” e que ele foi “gerado, não criado”. Declara também que Cristo é “Deus de Deus, Luz de Luz, verdadeiro Deus de verdadeiro Deus... sendo de uma só substância com o Pai”. Com estas afirmações, a igreja disse que os termos bíblicos com “primogênito” e “unigênito” tinham a ver com o lugar de honra de Cristo e não com a sua origem biológica. A igreja declarou que Cristo é da mesma substância, ser e essência do Pai. Assim, foi proposta a ideia de que Deus, embora seja três em pessoa, é um em essência.

(...) Essa crença é praticamente inigualável pelo fato de que a igreja cristã ( ) antiga não-dividida produziu um credo unificador, cuja intenção foi servir como declaração definitiva, mas não exaustiva. (Olson Roger p 186-187)

Ele é conhecido por *Credo niceno*, designado de forma tecnicamente correta *niceno-constantinopolitano*. Foi formulado em dois concílios universais pelos líderes da igreja cristã no Império Romano: o Concílio de Nicéia (325 d.C.) e o Concílio de Constantinopla (381 d.C.). (...) os três principais ramos do cristianismo – o ortodoxo oriental, o católico romano e o protestante – afirmam a fé *nicena*, outra forma de dizer afirmar a Trindade. Algumas igrejas protestantes confessam o *Credo niceno* como padrão de aferimento da ortodoxia. Apesar dessa grande concordância entre cristãos – Deus é tanto verdadeiramente três (pessoas) quanto um (ser divino) -, tensões e divergências originaram debates e controvérsias no cristianismo.

Alguns cristãos ortodoxos ressaltaram o três e minimizaram o um. Ou seja, em dado momento surgiu a tendência de pensar a Trindade como um comitê divino ou até mesmo uma família com estrutura hierárquica. (Olson Roger p 188)

Em contraposição, alguns cristãos ortodoxos frisaram o um e minimizaram o três, pensando na Trindade como uma única pessoa com três dimensões ou manifestações (papeis, mascaras). Outros pontos de tensão e debate surgiram na grande tradição apesar do acordo geral sobre Deus como Trindade. Um deles – a controvérsia chamada *Filioque* – contribuiu imensamente para divisão duradoura entre as igrejas cristãs orientais e ocidentais.

Filioque é uma expressão latina que significa “e do Filho”. Não foi incluída no Credo de Nicéia, nem na primeira versão de 325 d.C. nem na segunda, de 381 d.C. Essas versões diziam simplesmente que o Espírito Santo “procede do Pai”. (Wayne Grudem p 181)

Mas em 589 d.C., num concílio regional da igreja em Toledo (região que hoje faz parte da Espanha), acrescentou-se a frase “e do Filho”; assim, o credo então dizia que o Espírito Santo “procede do Pai e do Filho (filioque)”. A luz de João 15.26 e 16.7, onde Jesus disse que enviaria o Espírito Santo ao mundo, aparentemente não poderia haver objeção a tal frase se significasse que o Espírito Santo procedeu do Pai e do Filho num momento determinado (especialmente no Pentecostes). Mas trata-se de uma afirmação sobre a natureza da Trindade, e interpretou-se que a expressão falava de uma relação eterna entre o Espírito Santo e o Filho, algo que as Escrituras jamais abordam explicitamente. A forma do Credo de Nicéia que trazia essa expressão adicional gradualmente alcançou aceitação geral e recebeu endosso oficial em 1017 d.C. Toda a controvérsia complicou-se por conta da política eclesiástica e da luta pelo poder dentro da igreja, e essa questão doutrinária aparentemente bem insignificante tornou-se o pomo de discórdia no cisma entre o cristianismo oriental e o ocidental em 1054 d.C. (A questão política subjacente, porém, era a relação da igreja oriental com a autoridade do papa.) A controvérsia doutrinária e o cisma que gerou os dois ramos do cristianismo não foram solucionadas até hoje.

(...) A afirmação de seu surgimento naquela época como parte de uma onda de paganização ou helenização do cristianismo é muitas vezes uma caricatura promovida por seitas e facções antitrinitárias. (Olson Roger p 188)

A regra de fé cristã antiga estava centrada na pessoa de Jesus Cristo, o divino e eterno filho de Deus encarnado para ( ) salvar a humanidade. Declarações similares da fé cristã fundamental – credos – podem ser encontradas em escritos do século II e III de mestres como Justino Mártir, Irineu, Tertuliano, Orígenes e Cipriano. Contra os gnósticos e outros falsos mestres, o bispo Ireneu escreveu sobre o ensino e a fé cristãos unificadores transmitidos desde os apóstolos.

O próprio Ireneu era discípulo de Policarpo, bispo de Esmirna, discípulo de João, discípulo de Jesus. Acerca da fé cristã comum Ireneu escreveu por volta do ano de 177 dC.: (Olson Roger p 188-189)

Com efeito, a igreja espalhada pelo mundo inteiro até os confins da terra recebeu dos apóstolos e seus discípulos a fé em um só Deus, Pai onipotente, que fez o céu e a terra, o mar e tudo o que nele existe; em um só Jesus Cristo, Filho de Deus, encarnado para nossa Salvação; e no Espírito Santo que, pelos profetas, anunciou a economia de Deus; e a vinda, o nascimento pela virgem, a paixão, a ressurreição dos mortos, a ascensão ao céu, em seu corpo de Jesus Cristo, dileto Senhor nosso; e a sua vinda na glória do Pai, para recapitular todas as coisas e ressuscitar toda carne do gênero humano; a fim de que, segundo o beneplácito do Pai invisível, diante de Cristo Jesus, nosso Senhor, Deus, Salvador e Rei, todo joelho se dobre nos céus, na terra, e nos infernos, e toda língua o confesse; e execute o juízo de todos... (Contra as heresias, livro 1, 10.1,2.ed., São Paulo)

Podemos encontrar declarações semelhantes de fé cristã sobre Deus e Jesus Cristo na maioria dos pais da igreja dos séculos II e III. Às vezes até mesmo nos deparamos com um deles declarando que Jesus é Deus. (Olson Roger p 189)

Orígenes, um dos maiores mestres cristãos do início do século III, ( ) declarou a igualdade de Deus, o Pai, e do Filho de Deus que se encarnou como Jesus Cristo: “Por isso, tudo que for uma propriedade de corpos, não pode ser afirmado nem sobre o Pai nem sobre o Filho; mas o que pertence a natureza divindade é comum ao Pai e ao Filho”<sup>3</sup>Ele continua na mesma trilha a respeito ao Espírito Santo e afirma a igualdade dos três: “Além disso, nada na Trindade pode ser chamado maior ou menor, uma vez que somente a fonte da divindade contem todas as coisas por sua palavra e razão, e pelo Espírito de sua boca ele santifica todas as coisas merecedoras de santificação”.<sup>4</sup> Por volta da mesma época, um crítico romano do cristianismo chamado Celso confirmou (caso haja qualquer dúvida) a adoração prestada pelos cristãos a Jesus como Deus. Escrevendo por volta de 177 dC – quase na mesma época que Ireneu e antes de Orígenes, Celso tentou ridicularizar o cristianismo mostrando sua adoração do único Deus combinada com a adoração de Jesus Cristo como Deus. No início do século IV, um desafio poderoso para o consenso cristão sobre Deus, Jesus Cristo e o Espírito Santo surgiu em Alexandria, no Egito.

Ário, líder e teólogo cristão, afirmou que o Logos (o verbo) – o Filho de Deus – não é igual ao Pai, mas uma grande criatura. Sua preocupação era proteger o monoteísmo – a fé em um só Deus – bem como a fé na imutabilidade divina. (Olson Roger p 189-190)

Ário tratou a fé na trindade de Deus – que nunca havia sido exposta formalmente pela igreja – como teologia popular. Visava corrigir a impressão difundida tanto dentro quanto fora do cristianismo de que os cristãos criam em três deuses ou três pessoas ( ) divinas distintas. O furor resultante conduziu a seis décadas de lutas para definir a doutrina de Trindade.

Um dos primeiros movimentos heréticos que surgiu nos séculos III e IV foi o monarquismo. Poucas pessoas estão familiarizadas com este termo teológico, mas a palavra-raiz é muito familiar: monarca. (R. C. Sproul p 23-24)

Quando pensamos em um monarca, pensamos num governante de uma nação, um rei ou uma rainha. Se analisarmos a palavra monarca, descobriremos que ela consiste de um prefixo mono, que significa “um”, unida com a palavra “arch”, que vem do grego arche. Esta palavra podia significar “começo”; por exemplo, ela aparece no prólogo do evangelho de João, onde o apóstolo escreve: “No princípio era o Verbo”. Mas também podia significar “chefe ou governante”. Portanto, um monarca era um governante único, e uma monarquia era um sistema de governo realizado por uma só pessoa. O monarquismo era, então, uma tentativa de preservar a unidade de Deus ou monoteísmo.

A primeira grande heresia que a igreja teve de enfrentar, com respeito ao monarquismo, era chamada de modalismo monárquico ou, simplesmente, “modalismo”.(R. C. Sproul p 24)

A ideia que estava por trás do “modalismo” era que todas as três pessoas da Trindade são a mesma pessoa, mas se comportam em modos singulares em tempos diferentes. Os modalistas sustentavam que Deus era inicialmente o Criador, depois se tornou o Redentor, depois se tornou o Espírito, no Pentecostes. A pessoa divina que veio a terra como o Jesus encarnado era a mesma pessoa que havia criado todas as coisas. Quando ele retornou ao céu, assumiu novamente o seu papel como o Pai, mas, depois, retornou à terra como o Espírito Santo.

Esse ensinamento tem também outros dois nomes. É às vezes chamado sabelianismo, por causa de um pregador chamado Sabélio, que viveu em Roma no início do século III d.C. (Wayne Grudem p 177)

Outro termo que identifica o modalismo é “monarquianismo modalista”, pois essa doutrina não só afirma que Deus se revelou de “modos” diferentes, mas também que só existe um único soberano absoluto (“monarca”) no universo, e esse é o próprio Deus, que consiste somente numa pessoa.

Uma segunda forma de monarquismo que apareceu era chamada de “monarquismo dinâmico” ou “adocionismo”. (R. C. Sproul p 24)

Esta escola de pensamento era também comprometida em preservar o monoteísmo, mas seus adeptos queriam dar honra e importância central à pessoa de Cristo. Aqueles que propagaram este ponto de vista sustentavam que, no tempo da criação, a primeira coisa que Deus criou foi o Logos, depois do que o Logos criou todas as outras coisas. Por isso, o Logos é mais elevado do que os seres humanos e do que os anjos. Ele é anterior a tudo, exceto a Deus. Mas ele não é eterno, porque ele mesmo foi criado por Deus; portanto, ele não é igual a Deus.

De acordo com o adocionismo, no devido tempo o Logos se tornou encarnado na pessoa de Jesus. Em sua natureza humana, o Logos era um ( ) com o Pai em termos de realizar a mesma missão e agir em direção aos mesmos objetivos. (R. C. Sproul p 24-25)

Ele foi obediente ao Pai, e, por causa de sua obediência, o Pai o “adotou”. Por isso, é apropriado chamar o Logos de Filho de Deus. Entretanto, ele se tornou o Filho de Deus dinamicamente. Houve uma mudança. O Logos não foi sempre o Filho de Deus; e a sua filiação foi algo que ele ganhou pelo que fez. Aqueles que defendiam este ponto de vista citavam afirmações bíblicas como “Este [Jesus] é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação” (Cl 1.15). Também argumentavam que as descrições do Novo Testamento sobre Cristo como “unigênito” possuem, em si mesmas, a implicação de que ele teve um começo no tempo, e alguma coisa que tem um começo no tempo é menos do que Deus, porque Deus não tem começo. Em resumo, eles acreditavam que o Logos é com o Deus, mas não é Deus.

O Concílio de Niceia representou um momento determinante para a igreja. No geral, ele pôs fim ao monarquianismo, mas dois erros novos a respeito da natureza de Cristo se desenvolveram rapidamente. ( ) (R. C. Sproul p 25)

O primeiro erro foi ensinado por um homem chamado Eutiques. Ele foi o primeiro a formular a heresia monofisista que, vez por outra, surge de novo em cada geração. O vocábulo monofisista consiste do prefixo mono, bem conhecido hoje, que significa “um” e de fisista, que vem da palavra grega physis, que significa “natureza”. Portanto, a palavra monofisista significa, literalmente, “uma natureza”.

Através dos tempos, a igreja tem dito que Deus é um em essência, ser ou natureza e três em pessoa. E tem dito o oposto em relação à pessoa de Cristo, que é uma pessoa com duas naturezas – uma humana e uma divina. (R. C. Sproul p 26)

Mas Eutiques negava esta verdade. A heresia monofisista ensinava que Jesus tinha apenas uma natureza. Eutiques entendia a Jesus, como tendo uma natureza

“teantrópica”. A palavra teantrópica vem da palavra grega anthropos, que significa “homem ou humanidade”, e do prefixo theos, que significa “Deus”. Portanto, teantrópico é um vocábulo híbrido que combina as palavras gregas que significam Deus e homem. Eutiques estava dizendo que em Cristo há apenas uma natureza – um natureza divinamente humana ou, expressando-o de modo contrário, uma natureza humanamente divina. Mas a opinião de Eutiques era evidentemente uma negação de que Cristo tinha duas naturezas, uma humana e outra divina. De fato, a heresia monofisista não vê a Cristo nem como Deus, nem como homem, e sim como um algo mais do que um homem e menos do que Deus. Ele representa um tipo de humanidade deificada ou uma deidade humanizada. No entanto, a igreja teve não somente de lutar contra Eutiques e sua heresia monofisista, mas também de resistir à heresia gêmea do nestorianismo, designada segundo o nome de seu fundador, Nestório. Este dizia basicamente que uma pessoa não pode ter duas naturezas: se há duas naturezas, tem de haver duas pessoas.

Portanto, se Cristo tinha uma natureza divina e uma natureza humana, ele era uma pessoa divina e uma pessoa humana coexistentes. Isto era o oposto da distorção monofisista. (R. C. Sproul p 26)

Na heresia nestoriana, as duas naturezas de Cristo eram não somente distinguidas, eram totalmente separadas. Uma das prerrogativas de um teólogo é fazer distinções; e isso é um dos principais interesses da teologia. Portanto, digo aos meus alunos: uma das distinções mais importantes que vocês devem aprender a fazer é a que existe entre distinção e separação. Dizemos que um ser humano é uma dualidade: ele tem uma dimensão física e uma dimensão não física, as quais a Bíblia descreve em termos de corpo e alma. Se eu distingo o corpo de uma pessoa de sua alma, não a prejudico, mas se separo seu corpo de sua alma, eu não somente a prejudico, eu a mato. Por não compreender a diferença entre distinguir e separar, Nestório destruiu essencialmente o Cristo bíblico.

Esta verdade é útil em muitos pontos da interpretação bíblica. Por exemplo, Jesus disse que havia coisas que ele não sabia. Teólogos interpretam essas afirmações como evidência de que a natureza humana de Jesus não é onisciente. (R. C. Sproul p 27)

É claro que sua natureza divina é onisciente. Portanto, quando Jesus falava que não sabia algo, estava manifestando as limitações de sua natureza humana. De modo semelhante, é claro que Jesus transpirou, sentiu fome e teve seu lado perfurado, mas não cremos que sua natureza divina transpirou, sentiu fome ou teve seu lado perfurado, porque a natureza divina do Senhor não tem um corpo. Essas coisas foram manifestações de sua humanidade. Jesus tem duas naturezas, uma natureza divina e uma natureza humana. E, às vezes, ele revelava seu lado humano, enquanto outras vezes revelava seu lado divino. Podemos distinguir as duas naturezas sem separá-las. Mas, quando a natureza humana transpira, ainda está unida à natureza divina, que não transpira.

Na história da igreja, alguns argumentaram que há uma “comunicação” dos atributos divinos à natureza humana. Isto, diziam eles, tornou possível o corpo de Cristo estar em mais de um lugar ao mesmo tempo. (R. C. Sproul p 27-28)

A localização espacial sempre foi entendida como uma das limitações da humanidade; uma natureza humana não pode estar em três ( ) lugares ao mesmo tempo. Entretanto, uma natureza humana pode estar unida com uma natureza divina, que pode estar em três lugares ao mesmo tempo. A natureza divina pode estar em Pittsburgh, Boston e Washington ao mesmo tempo. Mas, historicamente, a questão era se o corpo

físico de Jesus, o que está relacionado à sua humanidade, poderia estar em três lugares ao mesmo tempo, e alguns diziam que ele poderia, porque sua natureza divina comunicava o atributo divino de onipresença à sua natureza humana. Ora, uma coisa é a natureza divina comunicar informação à natureza humana; mas outra coisa bem diferente é a natureza divina comunicar atributos à natureza humana, porque essa comunicação deificaría a natureza humana.

Esta verdade da separação das naturezas de Cristo foi muito importante na cruz. A natureza humana morreu, mas a natureza divina não morreu. É claro que, na morte, a natureza divina estava unida a um corpo humano. (R. C. Sproul p 28)

A unidade estava presente, mas a mudança que ocorreu foi no âmbito da natureza humana e não da natureza divina. É muito importante que entendamos isso. O Concílio de Calcedônia se reuniu em 451 d.C., para lidar com as heresias do monofisismo e do nestorianismo. Alguns eruditos têm argumentado que este foi o concílio final no que diz respeito à cristologia, significando que a igreja nunca mais foi capaz de ir além do entendimento da pessoa de Cristo que foi afirmado por este concílio. Concordo com isso. Teoricamente, é possível que outro concílio seja realizado no século XXI, no século XXII ou no século XXX, que nos dê uma nova percepção quanto à natureza de Cristo, uma percepção que não temos agora, mas não vejo nada na história da igreja que vá além ou aperfeiçoe os limites que foram estabelecidos para nossa reflexão no Concílio de Calcedônia.

O Concílio de Calcedônia produziu a seguinte afirmação, conhecida ( ) como o Credo de Calcedônia: (R. C. Sproul p 29)

Portanto, seguindo os santos pais, todos nós, plenamente unânimes, ensinamos os homens a reconhecerem o único e o mesmo Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, completo em Divindade e completo em humanidade, verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem, consistindo de uma alma racional e de um corpo; da mesma substância com o Pai, quanto à sua divindade, e ao mesmo tempo da mesma substância conosco, quanto à sua humanidade; como nós em todos os aspectos, mas sem pecado. No que concerne à sua divindade, gerado do Pai antes das eras, mas, quanto à sua humanidade, gerado da virgem Maria em benefício de nós, homens, e para a nossa salvação, o Deus-homem; um e o mesmo Cristo, Filho, Senhor, Unigênito, reconhecido em duas naturezas, sem confusão, sem mudança, sem divisão, sem separação. A distinção das naturezas não é anulada, de modo algum, pela união, mas, em vez disso, as características de cada natureza são preservadas juntas para formar uma única pessoa e subsistência, não como divididas ou separadas em duas pessoas, e sim como um e o mesmo Filho e Unigênito Deus, a Palavra, o Senhor Jesus Cristo, como os profetas desde os tempos antigos falaram sobre ele, como o nosso Senhor Jesus Cristo nos ensinou e como o credo dos pais nos legou.

Este credo é importante por várias razões. Em primeiro lugar, ele afirma que Cristo é “verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem” (veraDeus, verahomo). (R. C. Sproul p 29)

Esta afirmação significa que Jesus Cristo, na unidade de suas duas naturezas, é tanto Deus quanto homem. Ele tem uma verdadeira natureza divina e uma verdadeira natureza humana. Infelizmente, algumas pessoas que deveriam saber melhor dizem que Calcedônia afirmou que Jesus era plenamente Deus e plenamente homem. Isso é uma contradição. Se dizemos que a pessoa de Cristo é total e completamente divina, ele deve ter só uma natureza. Não podemos ter uma pessoa que é completamente divina e completamente humana, ao mesmo tempo e no mesmo relacionamento. Isso é uma ideia absurda. Na realidade, Calcedônia afirmou que Jesus tem duas naturezas,

uma das quais é divina. A sua natureza divina é plenamente divina; não é ( ) semi-divina, é completamente divina. A natureza divina de Cristo possui todos os atributos de deidade, não faltando nenhum deles. Ao mesmo tempo, a natureza humana de Cristo é plenamente humana em termos de humanidade criada. O pecado original é a única coisa que nós temos e a natureza humana de Jesus não tem. Ele é como nós em todos os aspectos, exceto no pecado. Ele é tão humano quanto Adão o era ao ser criado.

Todas as forças e limitações da humanidade se acham na natureza humana de Jesus. Em segundo, o Concílio de Calcedônia é conhecido, talvez mais notavelmente, pelas famosas “quatro negativas”. (R. C. Sproul p 30)

Quando o concílio confessou que há uma unidade perfeita entre as naturezas divina e humana de Cristo, afirmou que elas estão unidas de tal modo que são “sem confusão, sem mudança, sem divisão, sem separação”. Em outras palavras, o concílio disse que não podemos misturar as duas naturezas de Cristo, o que era a heresia dos monofisistas. Nem podemos separá-las, o que era o erro dos nestorianos. Não, as duas naturezas de Jesus são perfeitamente unidas. Podemos distingui-las, mas não podemos misturá-las nem dividi-las.

Não podemos pensar nas naturezas divina e humana nele, como se fossem confusas ou mudadas, de modo que acabássemos com uma natureza humana deificada ou uma natureza divina humanizada. (Olson Roger p 191)

(...) o Credo de Calcedônia afirma que a distinção das duas ( ) naturezas de Jesus “não é anulada, de modo algum, pela união, mas, em vez disso, as características de cada natureza são preservadas juntas para formar uma única pessoa e subsistência”. Em outras palavras, na encarnação, Deus não abandona qualquer de seus atributos, e a humanidade não abandona nenhum de seus atributos. Quando Jesus veio à terra, ele não deixou de lado sua natureza divina. Também ele não assumiu uma natureza humana que era menos do que totalmente humana.

No meio da controvérsia, os homens de Deus que se reuniram em Calcedônia afirmaram estas coisas, e devemos ser eternamente gratos por isso. (Olson Roger p 191-192)

Alguém já disse que houve quatro séculos em que o entendimento da igreja sobre a pessoa de Cristo foi mais atacado. Esses séculos foram os séculos IV e V, bem como os séculos XIX e XX. Se isto é verdadeiro, estamos vivendo no tempo das consequências imediatas de duzentos anos de ataques devastadores contra o entendimento ortodoxo da igreja sobre a pessoa de Cristo. Por essa razão, é muito importante que consideremos novamente todo o conceito da Trindade.

O resultado dos dois concílios do século IV e do Credo niceno promulgado é o consenso real entre os cristãos sobre o Deus adorado: três pessoas (hypostaseis) e uma substância (ousia) ou ser. (Olson Roger p 192)

Deus é um – devido a sua essência ou substância comum, e é três pela distinção de pessoas na divindade. Depois do século IV, imperadores, bispos e teólogos cristãos geralmente concordam que, apesar de seu aspecto fundamental de mistério, a Trindade é o dogma essencial da fé cristã autêntica. Os pais da igreja orientais, de língua grega, e os ocidentais, de fala latina, afirmaram-no unanimemente, apesar de algumas disputas sobre os detalhes. Os teólogos medievais especularam sobre essa crença, porém mesmo assim a abraçaram.



A teologia trinitariana católica na chamada idade média estava sobre os ombros de Agostinho, em que o Pai era visto como primeiramente amava, o filho como amado e o Espírito como o amor pessoal que partilhavam. (Olson Roger p 192)

Agostinho também procurou explicar o que é a processão do Espírito Santo, ou “em que ela difere da geração do Filho”. (Ferreira Franklin p 41)

Ele considerou como certo que o Espírito Santo é o amor mútuo do Pai e do Filho (communem qua invicem se diligunt pater et filius caritatem), o amor comum pelo qual o Pai e o Filho se amam mutuamente. Assim, Agostinho afirma que “o Espírito Santo não é o Pai nem o Filho, mas somente o Espírito Santo do Pai e do Filho, igual ao Pai e ao Filho e pertencente à unidade da Trindade”. Desta maneira, em relação ao Espírito Santo, o Pai e o Filho formam um único princípio, o que é inevitável, “pois a relação de ambos” para com o Espírito Santo “é idêntica e onde não há diferença de relação, a operação dEles é inseparável”.

Agostinho, portanto, ensinou a doutrina da dupla processão do Espírito Santo do Pai e do Filho (filioque). (Ferreira Franklin p 41)

Então, de acordo com Agostinho, o Pai é autor da processão do Espírito Santo porque Ele gerou o Filho, e ao gerá-lo tornou-o também fonte a partir do qual o Espírito procede e já que tudo o que o Filho tem, o tem do Pai, do Pai tem também que dEle proceda o Espírito Santo. Daqui, porém, não se deve concluir, ele nos adverte, que o Espírito Santo tenha duas fontes ou princípios. Pelo contrário, “a ação do Pai e do Filho” na processão do Espírito “é comum, assim como é a ação de todas as três pessoas na criação”. Além disso, não obstante a dupla processão, o Pai permanece “a fonte primordial”, na medida em que é dEle que deriva a capacidade do Espírito Santo de proceder do Filho.

Entenda também que, assim como o Pai tem a vida em si mesmo, para que ( ) dele proceda o Espírito Santo, assim deu ao Filho para que dele também proceda o mesmo Espírito Santo; o qual procedeu de ambos, fora do tempo. (Ferreira Franklin p 41-42)

E pelo fato de dizer-se que o Espírito Santo procede do Pai, deve-se entender que o Filho recebe-o do Pai, e então, o Espírito Santo procede também do Filho. Pois o que o Filho tem, recebe-o do Pai, e assim recebe do Pai para que dele proceda, o mesmo Espírito Santo, e em seu interior o Espírito Santo habita. O mesmo Espírito que une o Pai e o Filho, tornando-os um, também une os cristãos em uma só igreja”.

Os escritos de Anselmo (1033-1109), de Bernardo de Clairvaux (1090-1153) e dos cônegos regulares da Abadia de São Vítor tem inconfundível sabor agostiniano, e, portanto ricamente trinitariano. (Barrett, Matthew p 435)

Consideremos Pedro Lombardo (c.1090-1160), cujo trabalho sistemático quatro livros de sentenças se tornaria um (ou o) livro central para as escolas da alta e da baixa Idade Média. No que seria hoje considerada uma atitude corajosa, Lombardo começa sua doutrina de Deus (que está no topo de sua *opus magnum*) com uma discussão sobre a Trindade Somente após utilizar considerável espaço para tratar das três pessoas da Trindade e de suas relações é que ele avança para discutir ( ) o poder e a vontade de Deus. Esse profundo trinitarianismo agostiniano tomou rumo prático importante no pensamento de Lombardo. Desenvolvendo a idéia de Agostinho de que o Espírito é o

amor de Deus, ele propôs que o amor que nós temos por Deus e ao próximo é na verdade, o próprio Espírito Santo trabalhando em nós (Romanos 5:5) em outras palavras para Lombardo, a vida cristã era ser tomado pelo Espírito para compartilhar a própria vida e o amor triúnos de Deus.

Seria fácil ficar com a impressão de que, durante as décadas de 1520 e 1530, os primeiros reformadores trataram a Trindade como uma doutrina a ser sussurrada.<sup>10</sup>. (Barrett, Matthew p 435)

E, certamente, eles se mostraram hesitantes sobre o uso da tradicional terminologia extra-bíblica (palavras como Trindade, homoousios, ousia e hipóstase). Em 1521, Martinho Lutero escreveu: Embora arianos estivessem em erro com respeito à fé, quer seus motivos fossem bons ou maus. Eles corretamente exigiram que nenhuma palavra nova, não escriturística, fosse permitida em formulações dogmáticas. A integridade da Escritura deve ser guardada, e um homem não deve presumir que fala de forma mais segura e clara com sua boca do que Deus falou com a dele.

As confissões de fé dos principais ramos protestantes afirmaram a doutrina da Trindade, e a maioria dos livros de oração protestantes incluía o *Credo niceno*. (Barrett, Matthew p 439)

Até mesmo as igrejas sem credo geradas pela Reforma radical - anabatistas e outros grupos de igrejas livres -, raramente fizeram exceção ao trinitarismo. Algumas igrejas batistas e congregacionais se separaram da fé trinitária no final do século XVIII e começo do século XIX e ajudaram a formar o movimento antitrinitário conhecido por unitarismo. No início do século XX, algumas congregações pentecostais formaram o movimento unicista, que nega qualquer distinção essencial entre as três pessoas da divindade. Algumas seitas e facções marginais também rejeitaram a Trindade, mas para parcela maior a doutrina da Trindade permaneceu durante dois mil anos como parte da grande tradição da fé cristã. Denominações e organizações que negam completamente (em vez de defender uma interpretação excêntrica dela) geralmente foram relegadas à condição de seitas.

Por quê que há de tão importante nessa concepção de Deus? Que há na doutrina básica da Trindade – expressa pelos Pais da igreja antiga, pelo *Credo niceno* e pela maioria dos líderes e teólogos cristãos desde então – que a torna tão crucial? (Olson Roger p 193)

A resposta reside na intuição cristã fundamental arraigada na revelação divina e experiência Cristã: Jesus é Deus, mas não na totalidade da divindade. O mesmo poderia ser dito sobre o Espírito Santo: o Espírito Santo é Deus, mas não a totalidade da divindade. Há mais um elemento nessa instituição cristã básica: “Escuta, Israel! O Senhor, Nosso Deus, é o Senhor que é Um” ( Det 6:4 – Tradução Ecumênica da Bíblia)

O Reformador Calvino, em sua Institutas declara; o Deus da Escritura, é monoteísta e trinitariano. Ele é um em essência, todavia três em pessoas; cada pessoa é cem por cento divina (Institutas I:13:1-20). ([W. Gary Crampton] [www.monergismo.com](http://www.monergismo.com))

Nesse sentido, o Deus da Escritura é distinto de todos os ídolos (I:13:2). Calvino escreveu: Há em Deus três hipóstases [pessoas]... o Pai e o Filho e o Espírito são um e único Deus, todavia de modo que Filho não é o Pai como tal; ou o Espírito, o Filho; ao contrário... são distintos entre si por determinada propriedade... Onde se faz menção simples e indefinida de Deus, esse termo cabe ao Filho e ao Espírito não menos que ao Pai. Tão logo, porém, se compara o Pai com o Filho, a propriedade

específica distingue cada um do outro... Afirmo ser incomunicável tudo quanto é peculiar a cada um individualmente, porquanto não pode competir com, ou transferir-se ao Filho, o que quer que se atribui ao Pai como característica de diferenciação. [Institutas I:13:2, 5-6].<sup>2</sup> Dentro da Trindade existe uma unidade perfeita, uma unidade ensinada tanto no Antigo como no Novo Testamento. Calvino cita com aprovação Gregório Nazianzeno: “Não posso pensar em um e único, sem que me veja imediatamente envolvido pelo fulgor dos três; nem posso distinguir os três, sem que me veja imediatamente voltado para um e único” (Institutas I:13:17).

De acordo com o Reformador de Genebra, a doutrina da Trindade, em sua unidade magnificente, é perfeitamente lógica. Em seu Catecismo da Igreja de Genebra, lemos: (Institutas I:13:17) ([W. Gary Crampton ] [www.monergismo.com](http://www.monergismo.com))

Mestre: Visto que existe apenas um Deus, por que você aqui menciona três, o Pai, o Filho e o Espírito Santo?

Aluno: Porque na única essência de Deus, cabe a nós olhar para Deus o Pai como o princípio e origem, e a primeira causa de todas as coisas; depois para o Filho, que é a sabedoria eterna; e, por último, para o Espírito Santo, como sua energia difusa sobre todas as coisas, mas ainda perpetuamente residente nele mesmo.

Mestre: Você quer dizer que não há nenhum absurdo em sustentar que essas três pessoas estão uma única Deidade, e Deus não é portanto dividido?

Aluno: Exatamente.

Na doutrina de Calvino sobre Deus, não existe nenhum lugar para subordinacionismo (...) ou modalismo (...) dentro da Trindade. ([Institutas I:13-21-22]). ([W. Gary Crampton] [www.monergismo.com](http://www.monergismo.com))

De fato, ele mantinha que essas duas falsas doutrinas eram a raiz de toda heresia (Institutas I:13:21-29). (A definição de um herético para Calvino é a de alguém que sustenta uma doutrina falsa e que não é ensinável [Institutas I:13-21-22]). (...) Calvino é bem gracioso em apoiar alguns dos pais da igreja primitiva (e.g., Tertuliano, Justino), que ele afirma não terem se confundido em seu Trinitarianismo. Ao mesmo tempo, ele cita corretamente a ortodoxia pura de Agostinho nesse assunto. (Deve ser lembrado que embora Calvino freqüentemente apelasse aos ensinamentos de outros teólogos, ele considerava a Bíblia somente como o padrão pelo qual todo dogma deve ser testado.)

Se dizemos que cada membro da Trindade é plenamente Deus, e que cada pessoa participa plenamente de todos os atributos divinos, então será que há afinal alguma diferença entre as pessoas? (Grudem, Wayne p 183)

Mas então quais são as distinções entre as pessoas? (Grudem, Wayne p 183)

Quando as Escrituras abordam o modo como Deus se relaciona com o mundo, tanto na criação quanto na redenção, afirmam que as pessoas da Trindade têm funções ou atividades primordiais diferentes. Isso já foi chamado de “economia da Trindade”, sendo o termo economia usado no sentido obsoleto de “ordenamento de atividades”. (Nesse sentido, as pessoas costumavam falar da “economia de uma casa” ou “economia doméstica”, significando não apenas as questões financeiras da família, mas todo o “ordenamento de atividades” da casa.) A “economia da Trindade” trata das

diferentes formas como as três pessoas agem no seu relacionamento com o mundo e (como veremos na próxima seção) umas com as outras por toda a eternidade.

Calvino reconheceu (...) uma ordem de economia, ou administração, (...) É o Pai quem envia o Filho e o Pai e o Filho quem enviam o Espírito para executar suas tarefas específicas na redenção (Institutas I:13:6, 24, 26, 28). ([W. Gary Crampton] [www.monergismo.com](http://www.monergismo.com))

Calvino não estava feliz com a terminologia da “eterna filiação” ou “eterna geração” do Filho (e assim, por implicação, a “eterna processão” do Espírito), se estamos nos referindo à Trindade ontológica. (Ele era militantemente oposto à subordinação implícita expressa no Credo Niceno: “gerado pelo Pai”, “da [ek] substância [ousias] do Pai.”) Essa é uma “doutrina tola”, disse Calvino; é de “reduzido proveito” e “supérfluo enfado” falar da relação ontológica do Filho com o Pai dessa maneira (Institutas I:13:29); é uma doutrina “detestável” (Institutas I:13:24). Sem dúvida, se a linguagem é usada com respeito ao relacionamento funcional do Filho para com o Pai, então é perfeitamente apropriada.

Calvino também prontamente afirmou (...), O Filho sempre foi o Filho (Deus é imutável); ele deriva sua Filiação do relacionamento no qual ele permanece para com o Pai (Institutas I:13:7,8,18,23-24). ([W. Gary Crampton] [www.monergismo.com](http://www.monergismo.com))

Calvino escreveu:

Ora, somos ensinados nas Escrituras que Deus, no que respeita à essência, é um só e único, e daí ser ingênita a essência tanto do Filho quanto do Espírito. Como, porém, o Pai é primeiro em ordem... com razão... é tido por princípio e fonte da Deidade em seu todo. Portanto, afirmamos que a Deidade, em acepção absoluta, existe em si mesma, do quê confessamos que também o Filho, até onde é Deus, existe por si mesmo, distinguida a acepção de pessoa; mas, até onde ele é o Filho, afirmamos que procede do Pai. Conseqüentemente, sua essência carece de princípio; da pessoa [isto é, com respeito à ordem], porém, Deus mesmo é o princípio. [Institutas I:13:25]

Mas isso é algo totalmente diferente de atribuir derivação ontológica ao Filho. Em suas Institutas, Calvino argumentou a favor da plena deidade do Filho (Institutas I:13:7-13) e do Espírito (Institutas I:13:14-15), bem como do Pai. ([W. Gary Crampton] [www.monergismo.com](http://www.monergismo.com))

Quanto ao primeiro, Calvino citou várias passagens do Antigo Testamento para apoiar a existência pré-encarnada de Jesus (Isaías 9:6; Jeremias 23:5-6; Juízes 6:11-12, 20-22). E no Novo Testamento, os títulos e nomes referentes à deidade são usados de Cristo. Da mesma forma, as obras realizadas pelo Filho confirmam sua divindade (Institutas I:13:7-13). Além do mais, em seus comentários sobre Romanos 9:5, Tito 2:13, Hebreus 1:8 e 1 João 5:20, Calvino ensinou que a Bíblia refere-se a Cristo como verdadeiro Deus.

Quanto ao Espírito Santo, sua deidade é também manifesta no Antigo Pacto, bem como no Novo. Suas obras (e.g., criação) são apresentadas como aquelas de um ser divino. (Institutas I:13:14-15). ([W. Gary Crampton] [www.monergismo.com](http://www.monergismo.com))

Da mesma forma, tanto o Antigo como o Novo Testamento revelam claramente seus labores salvíficos, sua autoria da Escritura, sua habitação dos eleitos, etc. O próprio fato que a blasfêmia contra o Espírito é um pecado imperdoável, manifesta da mesma forma sua deidade

Quando começa o Novo Testamento, entramos na história da vinda do Filho de Deus à terra. (...), ensinamentos mais explícitos sobre a natureza trinitária de Deus, e de fato é isso que encontramos. (Grudem, Wayne p 168)

(...) Quando do batismo de Jesus, “eis que se lhe abriram os céus, e viu o Espírito de Deus descendo como pomba, vindo sobre ele. E eis uma voz dos céus, que dizia: Este é o meu Filho amado, em quem me comprazo” (Mt 3.16-17). (Grudem, Wayne p169) Aqui, ao mesmo tempo, temos os três membros da Trindade realizando três ações distintas. Deus Pai fala de lá do céu; Deus Filho é batizado e depois ouve a voz de Deus Pai vinda do céu; e o Espírito Santo desce do céu para pousar sobre Jesus e dar-lhe poder para o seu ministério. Ao final do seu ministério terreno, Jesus diz aos discípulos que eles devem ir e fazer “discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” (Mt 28.19). Os próprios nomes “Pai” e “Filho”, baseados na família, a mais comum das instituições humanas, indicam com muita força a distinção das pessoas do Pai e do ( )Filho. E se o “Espírito Santo” é inserido na mesma frase e no mesmo nível das outras duas pessoas, difícil é evitar a conclusão de que o Espírito Santo é também tido como pessoa e de posição igual ao do Pai e do Filho. Quando nos damos conta de que os autores do Novo Testamento geralmente usam o nome “Deus” (gr. theos) para se referir a Deus Pai e o nome “Senhor” (gr. kyrios) para se referir a Deus Filho, fica claro que há outro termo trinitário em 1 Coríntios 12.4-6: “Ora, os dons são diversos, mas o Espírito é o mesmo. E também há diversidade nos serviços, mas o Senhor é o mesmo. E há diversidade nas realizações, mas o mesmo Deus é quem opera tudo em todos”.

Igualmente, o último versículo de 2Coríntios é trinitário na sua expressão: “A graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo sejam com todos vós” (2Co 13.13). (Grudem, Wayne p 169)

Verificamos também as três pessoas mencionadas separadamente em Efésios 4.4-6: “Há somente um corpo e um Espírito, como também fostes chamados numa só esperança da vossa vocação; há um só Senhor, uma só fé, um só batismo; um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, age por meio de todos e está em todos”. As três pessoas da Trindade são mencionadas juntas na primeira frase de 1 Pedro: “... eleitos, segundo a presciência de Deus Pai, em santificação do Espírito, para a obediência e a aspensão do sangue de Jesus Cristo...” (1Pe 1.2). E em Judas 20-21, lemos: “Vós, porém, amados, edificando-vos na vossa fé santíssima, orando no Espírito Santo, guardai-vos no amor de Deus, esperando a misericórdia de nosso Senhor Jesus Cristo, para a vida eterna”.

Todavia, a tradução (dentro de colchetes, significando que o texto em questão não tem apoio dos melhores manuscritos) que a ara dá de I Jo 5.7 não deve ser usada com esse fim. Lê-se: (Grudem, Wayne p 169)

“Pois são três os que dão testemunho no céu: o Pai, a Palavra e o Espírito Santo; e esses três são um”. (Grudem, Wayne p169) O problema dessa tradução é que ela se baseia num número muito pequeno de manuscritos gregos pouco confiáveis, sendo o mais antigo deles do século XIV d.C. As melhores versões não incluem esse trecho, mas omitem, como o faz a grande maioria dos manuscritos gregos de todas as

tradições textuais de monta, inclusive vários manuscritos bastante confiáveis dos séculos IV e V d.C. e também citações dos pais da igreja, como Ireneu (m. c. 202 d. C.), Clemente de Alexandria, (m. c. 212 d.C.), Tertuliano (m. depois de 220 d.C.) e o grande defensor da Trindade, Atanásio (m. 373 d.C.).

Em certo sentido a doutrina da Trindade é um mistério que jamais seremos capazes de entender plenamente. Podemos, todavia, compreender parte da sua verdade resumindo o ensinamento das Escrituras em três declarações: (Grudem, Wayne p 169)

Deus é três pessoas. Cada pessoa é plenamente Deus. Há só um Deus.(Grudem, Wayne p 169)

Será que podemos compreender a doutrina da Trindade? (Grudem, Wayne p 189)

Como a existência de três pessoas num único Deus é algo que está além da nossa compreensão, a teologia cristã passou a usar a palavra pessoa para falar dessas diferenças de relações, não porque compreendamos plenamente o significado da palavra pessoa quando esta se refere à Trindade, mas para que possamos dizer algo em vez de não dizer absolutamente nada. Os erros cometidos no passado devem-nos servir de alerta. Todos eles surgiram de tentativas de simplificar a doutrina da Trindade para tomá-la completamente inteligível, removendo dela todo o mistério. Isso jamais podemos fazer. Porém, não é correto dizer que não podemos compreender nada da doutrina da Trindade. Certamente podemos compreender e saber que Deus é três pessoas, e que cada pessoa é plenamente Deus, e que só há um Deus. Podemos saber essas coisas porque a Bíblia as ensina. Além disso, podemos saber algumas coisas acerca do modo como as pessoas se relacionam umas com as outras (ver a seção acima). Mas o que não podemos compreender plenamente é como encaixar esses diferentes ensinamentos bíblicos. Perguntamo-nos como pode haver três pessoas distintas, como cada pessoa pode conter em si a totalidade do ser divino, e como, apesar disso, Deus é um ser único e indiviso. Isso não somos capazes de compreender. De fato, nos é espiritualmente saudável reconhecer abertamente que o ser divino em si é tão imenso que jamais poderemos vir a compreendê-lo. Isso nos humilha diante de Deus e leva-nos a adorá-lo sem reservas.

Mas também é preciso dizer que as Escrituras não nos pedem que creiamos numa contradição. (Grudem, Wayne p 190)

Contradição seria dizer: “só existe um único Deus e não existe um único Deus” ou “Deus é três pessoas e Deus não é três pessoas” ou mesmo (semelhante à afirmação precedente) “Deus é três pessoas e Deus é uma pessoa”. Mas dizer que “Deus é três pessoas e só há um Deus” não é contradição. É algo que não conseguimos compreender e, portanto, um mistério ou paradoxo, mas que não nos deve perturbar, pois os diferentes aspectos do mistério são claramente ensinados nas Escrituras; e, como somos criaturas finitas e não a divindade onisciente, sempre haverá (por toda a eternidade) coisas que não compreenderemos por completo.

Diz Louis Berkhof, sabiamente: (Grudem, Wayne p 190)

A Trindade é um mistério [...] o homem não pode compreendê-la nem torná-la inteligível. E inteligível em algumas das suas relações e modos de manifestação, mas ininteligível na sua natureza essencial. [...] A verdadeira dificuldade reside na relação que as pessoas da Divindade têm com a essência divina e umas com as outras; e essa é

uma dificuldade que a igreja não pode dirimir, mas tenta apenas reduzir às suas devidas proporções pela definição correta dos termos. Ela jamais tentou explicar o mistério da Trindade, mas só buscou formular a doutrina da Trindade de maneira tal que os erros que a ameaçavam fossem afastados.<sup>40</sup>

Berkhof também diz: (Grudem, Wayne p 190)

“É especialmente quando ponderamos a relação das três pessoas com a essência divina que todas as analogias desmoronam, e ficamos profundamente conscientes do fato de que a Trindade é um mistério que ultrapassa sobremodo a nossa compreensão. É a incompreensível glória da Divindade”.<sup>41</sup>

Como Deus em si mesmo contém tanto a unidade quanto a diversidade, não é de admirar que unidade e diversidade também se reflitam nas relações humanas que ele firmou. Percebemos isso inicialmente no casamento. (Grudem, Wayne p 190)

Quando Deus criou o homem à sua própria imagem, não criou meros indivíduos isolados, mas diz-nos a Bíblia: “homem e mulher os criou” (Gn 1.27). E na unidade do casamento (ver Gn 2.24) percebemos não uma triunidade como em Deus, mas pelo menos uma notável unidade de duas pessoas, pessoas que permanecem indivíduos distintos, porém se tomam um só em corpo, mente e espírito (cf. ICo 6.16-20; Ef 5.31). De fato, no relacionamento matrimonial entre homem ( ) e mulher, também percebemos um retrato da relação entre o Pai e o Filho na Trindade. Diz Paulo: “Quero, entretanto, que saibais ser Cristo o cabeça de todo homem, e o homem, o cabeça da mulher, e Deus, o cabeça de Cristo” (ICo 11.3). Aqui, assim como o Pai tem autoridade sobre o Filho na Trindade, também o marido tem autoridade sobre a mulher no casamento. O papel do marido é análogo ao de Deus Pai, e o papel da mulher é análogo ao de Deus Filho. Além disso, assim como o Pai e o Filho são iguais em divindade, em importância e em pessoalidade, também o marido e a mulher são iguais em humanidade, em importância e em pessoalidade. E, embora isso não esteja explicitamente mencionado nas Escrituras, a dádiva dos filhos no casamento, procedentes do pai e da mãe, e sujeitos à autoridade tanto do pai como da mãe, é análoga à relação do Espírito Santo com o Pai e com o Filho na Trindade.

Mas a família humana não é a única maneira na qual Deus ordenou que houvesse diversidade e unidade no mundo, combinação essa que refletisse algo da sua própria excelência. (Grudem, Wayne p 190-191)

Na igreja temos “muitos” membros mas “um só corpo” (ICo 12.12). Paulo, ponderando a grande diversidade entre os membros do corpo humano (ICo 12.14-26), diz que a igreja é também assim: temos muitos membros diferentes nas nossas igrejas, com dons e interesses diferentes, e dependemos uns dos outros e nos auxiliamos uns aos outros, revelando portanto grande diversidade e grande unidade ao mesmo tempo. Quando vemos pessoas diferentes fazendo muitas coisas diferentes dentro de uma igreja, devemos agradecer a Deus o fato de conceder-nos glorificá-lo, espelhando algo da unidade e da diversidade da Trindade.

Devemos também reparar que o desígnio divino na história do universo foi muitas vezes exibir unidade na diversidade, e assim revelar a sua glória. (Grudem, Wayne p 191)

Percebemos isso não somente na diversidade de dons dentro da igreja (ICo 12.12-26), mas também na unidade de judeus e gentios, de modo que todas as raças, por diversas que sejam, unem-se em Cristo (Ef 2.16; 3.8-10; ver também Ap 7.9). Paulo maravilha-se diante do fato de os planos divinos para a história da redenção serem como uma grande sinfonia, na qual a sabedoria divina se mostra insondável (Rm 11.33-36). Mesmo na misteriosa unidade entre Cristo e a igreja, na qual somos chamados de noiva de Cristo (Ef 5.31-32), temos uma unidade que ultrapassa qualquer coisa que jamais imaginemos, unidade com o próprio Filho de Deus. Contudo, em tudo isso nunca perdemos a nossa identidade, mas permanecemos pessoas distintas, sempre capazes de adorar e servir a Deus como indivíduos.

No final todo o universo participará dessa unidade de propósito, com cada parte distinta contribuindo para o culto de Deus Pai, Filho e Espírito Santo, (Grudem, Wayne p 190-191)

para que um dia, diante do nome de Jesus, todo joelho se dobre “nos céus, na terra e debaixo da terra, e toda língua confesse que Jesus Cristo é Senhor, para glória de Deus Pai” (Fp 2.10-11). Num plano mais corriqueiro, em muitas coisas que fazemos (no trabalho, em organizações sociais, em shows de música e em equipes esportivas, por exemplo) muitas pessoas diferentes contribuem para uma unidade de propósito ou atividade. Assim como vemos nessas atividades um reflexo da sabedoria de Deus ao nos conceder a unidade e a diversidade, podemos ver também um débil reflexo da glória de Deus na sua existência trinitária. Embora jamais venhamos a compreender plenamente o mistério da Trindade, podemos adorar a Deus pelo que ele é, tanto nos nossos cânticos de louvor quanto nas nossas palavras e atos, pois refletem algo da excelência do caráter divino.

Para encerrar (...). Agostinho, juntamente com os maiores teólogos que lograram vislumbrar as dimensões do mistério trinitário, costumavam terminar suas obras como orações ardorosas, de louvor e agradecimento, sempre conscientes de suas limitações:

“Ó minha fé, vai avante na tua confissão. Diz ao Senhor teu Deus: santo, santo, santo é o Senhor meu Deus. Fomos batizados em teu nome, Pai, Filho e Espírito Santo”. O silêncio reverente da razão deixa o coração extravasar sua admiração. Deus está envolto em mistério “na luz inacessível” (1Tm 6.13-16): Portanto, quando chegarmos à tua presença, cessará o muito que dissemos, mas muito nos ficará por dizer e tu permanecerás só, tudo em todos (1Cor 15.28), e então eternamente cantaremos um só cântico, louvando-te em um só movimento, em ti estreitamente unidos. Senhor, único Deus, Deus Trindade, tudo o que disse de ti nestes livros, de ti vem. Reconheçam-no os teus, e se algo há de meu, perdoa-me e perdoem-me os teus. AMÉM. (Ferreira, Franklin p 46)



## Referências

EDITOR-CHEFE Tiago J. Santos Filho TRADUÇÃO Francisco Wellington Ferreira  
REVISÃO Marilene Paschoal DIAGRAMAÇÃO Rubner Durais DIRETOR James Richard  
Denham III REALIZAÇÃO Editora Fiel | Dezembro de 2013 | no 40

J. Richard Denham III Diretor, Ministério Fiel - IMAGEM DA CAPA Caravaggio, St.  
Augustine (Whitfield Fine Art, London – Coleção Particular) Agostinho e a Santíssima  
Trindade, Franklin Ferreira .....p33/46

Norman Geisler; tradução Lailah de Noronha — São Paulo: Editora Vida, 2002.

Título original: Baker encyclopedia of Christian apologetics ISBN 85-7367-560-8

1. Apologética - Enciclopédias I. Título 02-3765 .....c d d 239.03

©1999, de Norman L. Geisler Título do original · Baker encyclopedia of Christian  
apologetics edição publicada pela Baker Book House Company, (Grand Rapids, Michigan,  
eua) Geisler, Norman L. Enciclopédia de apologética: respostas aos críticos da fé cristã/

Olson, Roger E. - História das controvérsias na teologia cristã : 2000 anos de unidade e  
diversidade / Roger E.Olson; tradução Werner Fuchs – São Paulo : Editora vida, 2004.

Título original: The mosaico of Chistian belief - Bibliografia . ISBN 85-7367-742-2

O que é a Trindade? Traduzido do original em inglês What is the Trinity?, por R. C. Sproul  
Copyright © 2010 by R. C. Sproul

Publicado por Reformation Trust Publishing a division of Ligonier Ministries 400 T  
echnology Park, Lake Ma ry, FL 32746

Copyright©2012 Editora FIEL. 1a Edição em Português 2013

Diretor: James Richard Denham III. Presidente emérito: James Richard Denham Jr. Editor:  
Tiago J. Santos Filho Tradução: Francisco Wellington Ferreira Revisão: Elaine Regina  
Oliveira dos Santos Diagramação: Rubner Durais Capa: Gearbox Studios Ebook: Yuri Freire  
ISBN: 978-85-8132-244-5

Barrett, Matthew

Teologia da Reforma / Matthew Barrett; tradução Francisco Nunes. – 1. Ed. – Rio de Janeiro:  
Thomas Nelson Brasil, 2017. 704 p. –

Tradução de: Reformation theology: a systematic summary - ISBN 978-85-7860-937-5

1.Reforma protestante. 2. Teologia. 3. Protestantismo – Historia – Século XVII.I. Nunes,  
Francisco. II.Titulo.- Copyright da tradução © Vida Melhor Editora, S.A., 2017. / As citações  
bíblicas são da Nova Versão Intrenacional (NVI), da Biblica, Inc., a menos que seja  
especificada outra versão da Bíblia Sagrada.

Fonte: What Calvin Says, W. Gary Crampton, Trinity Foundation, p. 55-9. / 4 B. B. Warfield,  
com brilhantismo característico, apóia plenamente Calvino nesse ponto. Ele até mesmo alega  
que o Reformador é aquele que retirou a igreja de sua implícita Cristologia subordinacionista  
(Biblical and Theological Studies, 58-59).

5Nota do tradutor: [http://www.lgmarshall.org/Warfield/warfield\\_calvintrinity.html](http://www.lgmarshall.org/Warfield/warfield_calvintrinity.html)/  
Monergismo.com – “Ao Senhor pertence a salvação” (Jonas 2:9) [www.monergismo.com](http://www.monergismo.com)

Grudem, Wayne A. Teologia Sistemática / Wayne Grudem. — São Paulo: Vida Nova, 1999. Título  
original: Systematic theology. Vários tradutores. Bibliografia ISBN 978-85-275-0270-2 1. Bíblia-  
Teologia 2. Teologia dogmática I. Título. 99-3048 CDD-230.046